



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

## PORTÃO, BAIRRO NEGRO: CULTURA E REDESCOBERTAS COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE HERANÇA AFRICANA

MARIA ASENATE C. FRANCO<sup>1</sup>

**Resumo:** Portão é considerado o bairro mais velho de Governador Mangabeira, cidade localizada na Bahia, no Recôncavo baiano. Considerando a população majoritariamente negra, que sobrevive com parca remuneração nessa localidade, este estudo traz como objeto de análise o bairro Portão, visando abordar o tema racismo, violências e ressignificações culturais. Com base em uma perspectiva antirracista, objetiva-se discutir as inter-relações que se estabelecem entre o racismo e formas variadas de violência como meio de exclusão e invisibilização da herança cultural africana no bairro Portão. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória e qualitativa, delineada pelo pensamento negro antirracista e procedimentos metodológicos interativos de quem pesquisa e é pesquisado, através da Metodologia Afrodescendente interpretativista. Foram adotados ainda os percursos urbanos com registros fotográficos e anotações relevantes enquanto estratégias que contribuem para sustentação dos dados empíricos, através dos traçados dos espaços sociais que guardam memória ancestral da cultura afro-brasileira. O estudo possibilita uma compreensão da discriminação racial como materialização do racismo estrutural à população negra do bairro do Portão, engendrado pelos marcadores raciais, culturais e econômicos, que resultam em violência e exclusão. Todavia, entende-se que o antirracismo pode instrumentalizar à compreensão desse bairro como um espaço geograficamente negro, ressignificando o território como patrimônio imaterial cultural de herança ancestral africana.

**Palavras-chave:** Racismo. Violência. Cultura. Herança africana. Antirracismo.

Este artigo centraliza-se no tema racismo, violências e ressignificações culturais, tendo como objeto de análise e discussão o bairro Portão, situado em Governador Mangabeira, na Bahia. Portão é considerado o bairro mais velho dessa cidade, com uma população de maioria negra e pobre, alvo do racismo antinegro e da exclusão social. No início do século XX, Governador Mangabeira pertencia a Cachoeira – BA, cidade banhada pelo rio Paraguaçu, caminho fluvial para o trânsito comercial do açúcar, fumo, farinha de mandioca e do primeiro povoamento das cidades circunvizinhas. Esse trânsito contribuiu para o desenvolvimento desse bairro como um espaço geograficamente negro, que guarda como herança da cultura ancestral africana o culto às divindades do candomblé afro-brasileiro. Isso pode ser percebido pela representatividade do Terreiro de Pai Nézinho (*in memorian*) e do Terreiro Ilê Oiô Mecê Alaketu Axé Ogum Onirê, de Leopoldo (*in memorian*), entrelaçando, assim, cultura, religiosidade e africanidade na

---

<sup>1</sup> Assistente Social Preta (UCSAL) do Instituto Federal Baiano; Líder do grupo de pesquisa Serviço Social Educação Negritude e Gênero- CNPq; Especialista em Gestão Pública(UCSAL); Mestra em Políticas Sociais e Cidadania(UCSAL); Doutora em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo(UFBA); Pós-doutora pelo Programa e Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo.



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

ressignificação de um território tido como violento em um espaço compreendido como patrimônio cultural imaterial de herança ancestral africana.

A par de uma abordagem antirracista, objetivamos discutir as inter-relações que se estabelecem entre o racismo e formas variadas de violência como meio de exclusão e invisibilização da herança cultural africana no bairro Portão. Nosso estudo foi desenvolvido como uma pesquisa exploratória e qualitativa, delineada pelo pensamento negro antirracista e procedimentos metodológicos interativos de quem pesquisa e é pesquisado, através da Metodologia Afrodescendente interpretativista, na perspectiva defendida por Henrique Cunha Júnior (2008). Igualmente, contribuiu no processo de pesquisa a adoção do método percursos urbanos (MACEDO; SILVA; CUNHA JÚNIOR; 2022), com registros fotográficos e anotações relevantes enquanto estratégias que contribuem para sustentação dos dados empíricos, através das rotas urbanas socioespaciais que guardam memória ancestral da cultura afro-brasileira.

A partir do estudo realizado, entendemos que, o *lócus* pesquisado o bairro de Portão, a discriminação racial apresenta-se como materialização do racismo estrutural, tendo por alvo a população negra desse bairro. Engendrado pelos marcadores raciais, culturais e econômicos, a presença do racismo nessa localidade e, especialmente, a forma racista com que a sociedade busca observar os moradores desse território resultam em violência e exclusão para com a população local. A fim de desenvolvermos essa discussão, o artigo está dividido em quatro seções, no intuito de elucidarmos aspectos concernentes à inter-relação entre racismo, violências e exclusão social, bem como, a partir de Portão e as pessoas residentes nesse bairro, evidenciarmos que o antirracismo pode instrumentalizar à compreensão desse bairro como um espaço geocultural negro, resignificando sociabilidades e pertencimento cultural, com vistas à compreensão do território como patrimônio imaterial cultural de herança ancestral africana.

## **RACISMO, VIOLÊNCIAS E EXCLUSÃO SOCIAL**

Em “Epistemologias marginalizadas: a questão racial no debate sociológico latino-americano”, Lia Pinheiro Barbosa e Franciane da Silva Santos Oliveira (2020) trazem



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

uma abordagem que busca localizar o lugar de inserção da questão racial, bem como das epistemologias afrodiaspóricas, frente à sociedade latino-americana. As autoras têm como premissa que tanto essas epistemologias quanto as discussões voltadas à questão racial, ainda que sejam basilares, foram silenciadas em meio à construção e consolidação do pensamento intelectual latino-americano, sendo apenas posteriormente integradas a esse escopo entre os séculos XX e XXI, ainda que de modo paulatino.

Barbosa e Oliveira (2020) defendem que, quando ocorre a incorporação do pensamento negro à sociologia, há um enegrecimento da interpretação sociológica a partir da ótica de intelectuais negros, os quais situam a problemática racial na América Latina como decorrente da colonização e do período escravocrata. A partir dessa concepção, ampliamos a proposição das autoras e entendemos que esse movimento tem ocorrido em diversos campos do saber, o que permite a construção de uma abordagem antirracista, bem como a denúncia das violentas formas em que o racismo se apresenta na sociedade. Para Grada Kilomba (2019, p. 71),

O racismo é uma realidade violenta. Por séculos, ele tem sido fundamental para o fazer político da Europa, começando com os projetos europeus de escravização, colonização e para a atual 'Fortaleza Europa'. No entanto, o racismo é, muitas vezes, visto como um fenômeno periférico, marginal aos padrões essenciais de desenvolvimento da vida social e política e 'de alguma forma localizado na superfície de outras coisas' (Gilroy, 1992, p. 52), como uma 'camada de tinta' que pode ser 'removida' facilmente. Essa imagem da 'camada de tinta' ilustra a fantasia predominante de que o racismo é 'algo' nas estruturas das relações sociais, mas não um determinante dessas relações. De modo tendencioso, o racismo é visto apenas como uma 'coisa' externa, uma 'coisa' do passado, algo localizado nas margens e não no centro da política europeia.

Ao discutir e denunciar o racismo como um instrumento que é determinante das relações sociais, Kilomba (2019) enfatiza como esse preconceito é uma das principais estratégias políticas de dominação (e colonização) europeia. Nesse sentido, em perspectiva colonialista, o racismo continua a ser um elemento de poder e dominação utilizado pelas elites locais latino-americanas (incluindo a brasileira), como forma de manter os seus privilégios. Silvio Almeida (2019), por sua vez, destaca que a manutenção desses privilégios se dá a partir do racismo institucional e do estrutural. Ao diferenciá-los, ele analisa que, na conjuntura institucional, o racismo "[...] não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.” (ALMEIDA, 2019, p. 26). Conforme esse jurista discute, as instituições têm sido hegemônicas por grupos racializados, os quais “[...] utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.” (ALMEIDA, 2019, p. 27).

Importa, nesse sentido, lembrarmos que as políticas públicas advêm das instituições, em instâncias variadas, e, por meio de discursos legitimados institucionalmente, envolvem ou rechaçam determinado grupo social, assim como podem tornar tais grupos um alvo tido como perigoso. Desse modo, o agir institucional origina-se de uma política racista, a qual se volta contra a população negra, conforme é denunciado por Lélia González. A antropóloga, ao analisar a situação das pessoas negras no Brasil após 1964, destaca:

Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ [...] dos dias de hoje. O critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista [...], tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. (GONZÁLEZ, 1982, p. 15-16).

González (1982) apresenta a triste condição a que fora submetida a população negra. Todavia, embora passados cerca de quarenta anos da análise dessa intelectual, a situação ainda permanece de forma muito similar, especialmente no que concerne à atuação das polícias e à segregação espacial como forma de impor e apresentar o preconceito racial, legitimando a discriminação racial a partir de espaços vistos como “bairros de negros pobres”. Essa segregação discriminatória e estigmatizante que rotula quem oprime e quem será oprimido oprimida, converge com a assertiva da intelectual negra Beatriz Nascimento (2008, p. 249), no dizer de autora;

[...], a gente chega à conclusão que vive numa sociedade dupla, ou tripla. Na medida em que ela impõe na sua cabeça que é uma sociedade branca, que o seu comportamento tem de ser padronizado segundo os ditames brancos, você como preto se anula, passa a viver uma outra vida, flutua sem nenhuma base onde pousar, sem referência e sem parâmetro do que deve ser a sua forma peculiar. [...] (NASCIMENTO, 2018, p. 249) [...].



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Sua análise tem o vetor para o que Lélia González (2020, p. 128), acunha de *infans*, categoria lacaniana alusiva à passividade de outrem para falar sobre si. A autora por sermos estigmatizadas e estereotipadas pela ideologia elitizada que nos infantiliza quando nos inferioriza, hierarquicamente, por sermos mulheres negras e “[...] suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. [...]”

Essa invisibilização e essa impossibilidade de presença, sobre as quais fala Santos (2010), encontram nas forças de atuação do Estado o agente regulador das presenças e ausências. Em seu texto, González (1982) denuncia como a polícia atua, conjuntamente ao sistema, para impedir qualquer forma de organização política da comunidade negra. A naturalização dessa violência simbólica e física para com a população negra só é possível a partir do racismo estrutural. Almeida elucidada:

*o racismo é sempre estrutural, ou seja, [...] é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2019, p. 15, grifos do autor).*

Destacamos, ainda, que essa normalização em torno do racismo se dá, também, a partir da linguagem. Isso porque é com base a linguagem que se instituem os significantes, conforme defendido por Stuart Hall (2015), e, conseqüentemente, os discursos que sustentam e buscam legitimar práticas racistas. Para esse autor,

*os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido. E essas coisas ganham sentido não por causa do que contêm em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação. (HALL, 2015, on-line).*

Hall, em seu texto, refere-se à raça como um significante flutuante, indicando, em sua análise, como o signo raça foi utilizado como instrumento de segregação e dominação cultural, baseado em supostas diferenças biológicas. Dessa forma, podemos entender que há um significante construído socialmente a partir de um discurso que inferioriza as



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

peessoas negras e as coloca num local de submissão, justificando que tenham sido historicamente subjugadas pela branquitude colonizadora eurocêntrica. Entretanto, destacamos que, se, por um lado, a tentativa de dominação e segregação social e racial se dá pela linguagem, com a legitimação de discursos racistas, é também a partir dela que as resistências e denúncias são engendradas.

Desse modo, este artigo é consequência do pensamento contrário aos estigmas e falas pejorativas e discriminatórias de praticantes do racismo estrutural ao associarem o povo negro à violência, falta de educação, sem perspectiva de melhoria de vida. Por meio desses discursos racistas, emerge a concepção de que o povo negro nasceu para ser mandado, escravizado, oprimido, humilhado e marginalizado. Destarte, a pesquisa, em desenvolvimento, contribui para compreensão crítica a respeito do racismo antinegro partir dos seus mecanismos estratégicos da sutileza e ambiguidade contidos nas falas depreciativas, atitudes racistas, discriminatórias e preconceituosas de determinados grupos sociais que buscam delimitar pejorativamente a comunidade do bairro do Portão, em Governador Mangabeira, como um espaço negro, pobre e violento. Essa associação da violência e do suposto perigo social somente em razão de ser um bairro de maioria negra e pobre é mais uma das faces do racismo.

Quando analisamos, de forma contundente e sensível, as consequências da escravização brasileira a partir do século XVI, podemos entender que homens, mulheres e crianças – nossa ancestralidade africana – foram, compulsoriamente, arrancados de suas origens territoriais e desapossados de sua humanidade para serem serviçais, força de trabalho explorada sem direito algum. Pessoas foram transformadas em objetos, coisificadas como mercadorias (compra e venda), ou seja, viraram “[...] fonte de riqueza para os traficantes (vendedores) e investimentos e, ‘máquinas animais’ de trabalho para os compradores (senhores de engenho)”. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 16). O racismo que sustentou ideologicamente a escravização continua se reinventando na sociedade brasileira, inclusive por bases institucionais, como indica Almeida (2019). Uma das principais estratégias é quando escolas brasileiras, pautadas em um currículo



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

eurocêntrico, insistem em invisibilizar esse período histórico para priorizar o mito da democracia racial como teoria que afirma a inexistência do racismo estrutural

Igualmente, a escala social que determina quem tem valor, diferindo entre os que devem ou não ser valorizados socialmente, organiza-se com base no espectro cromático. Quanto mais melanina e características que guardam semelhança com o povo escravizado a pessoa tiver, mais será submetida à desvalorização do jugo social. Como nos lembra Clóvis Moura,

Esquecem-se de que esses segmentos populacionais eram componentes de uma estrutura escravista, inicialmente, e de capitalismo dependente, em seguida. [...] Elide-se, assim, a escala de valores que a estrutura de dominação e o seu aparelho ideológico impuseram para discriminar grande parte dessa população não-branca. Essa elite de poder que se autoidentifica como *branca* escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. [...] Em cima dessa dicotomia étnica [...] uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro. (MOURA, 2019, p. 90).

De certo, a população negra encontra-se sub-representada pelas mazelas sociais que potencializam a desvalorização do estar na sociedade arraigada de fatores que contribuíram para a desigualdade social. Um exemplo disso é a propagação da ideia de *libertação dos escravos*, como aprendemos na escola, visto que é necessário enfatizar ser a liberdade um processo de conquistas e possibilidades para melhoria de vida. Certamente, a libertação institucionalizada pela Lei Áurea cumpriu acordo, mas não promoveu cidadania e reconhecimento das contribuições da população negra dizimada pela diáspora africana. Foi a formação social dividida e organização tal como sociedade de casta que instituiu a condição de liberdade e escravização, sendo a população branca como livre; e condenada aos ditames escravocratas a população negra (MUNANGA; GOMES, 2006).

Após o mito da lei Áurea, a falta de moradia foi um dos problemas sócio-históricos que impactou na vida da população negra, desprovida de meios para sobrevivência. Em geral, essa população foi empurrada para os espaços geográficos situados nas franjas



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

urbanas/rurais, concebidos como espaços híbridos, interseção entre o urbano e o localizados na periferia e centros urbanos. O propósito de rememorar esse problema enfrentado pelo povo negro entre o final do século XIX e início do século XX é para ressaltar que, do lado de cá, no recôncavo baiano, o contexto social pós 13 de maio de 1888, também atingiu ex-escravizados e ex-escravizadas. Essa é, talvez, ainda na atualidade, uma das consequências mais visíveis da escravização que ocorreu no Brasil com a população negra, visto que, conforme González (1982) já denunciava, os espaços geográficos no país continuam a delimitar o “lugar do negro” na sociedade.

## **PORTÃO: DA VIOLÊNCIA RACISTA À RESSIGNIFICAÇÃO DA HERANÇA ANCESTRAL AFRICANA**

A desmensurada e exponencial desigualdade sociorracial, no Brasil, que atinge, intencionalmente a população afrodescendente, tem se arrastado por séculos. É essa desigualdade que, estatisticamente, impõe sujeitos negros às variadas formas violentas do racismo: encarceramento da população negra; genocídio da juventude negra; feminicídio da mulher negra; multifaces da violência de gênero contra corpos femininos negros; políticas públicas sucateadas e mantenedoras da pobreza material da população negra; a “boa aparência” como sutileza do racismo e não empregabilidade das pessoas negras; e concentração da população negra nas franjas urbanas, que são espaços sociais territoriais conhecidos como *comunidades de bem* (morro, favelas, *invasões*, ocupações irregulares/ clandestinas, Zonas de Interesses Sociais – ZEIS), sem prestígio para garantir o direito à urbanização e acesso digno às políticas públicas. Chama a atenção a fé e crença no poder das folhas, pois algumas famílias residentes no bairro, têm plantado no jardim ou vasos, espécie de folhas utilizadas na religião do candomblé, folhas como comigo ninguém pode, espada de Ogum, espada de Oxóssi, o que denota preservação de valores culturais da sabedoria ancestral.

São as facetas do racismo (MUNANGA, 1996), silenciadas principalmente pela condução do Estado, inchando o *Quarto de Despejo*, numa alusão ao livro de Carolina Maria de Jesus (2004), através da espoliação mobiliária. Nesses casos, como única



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

alternativa de moradia à população negra, há apenas os lugares discriminados por quem pode morar em condições geográficas centrais, tendo acessibilidade a uma vida social favorável e, em contraposição, obsta e/ou inviabiliza o desenvolvimento das potencialidades e ascensão social da população negra residente em locais condenados pelo imaginário social. Há, dessa forma, um encaminhamento da população negra a serviço de trabalhos pesados e baixa remuneração, em razão da discriminação social. Entendemos que, nesse contexto, a “dicotomia urbana estabelece uma rígida demarcação, entre a cidade e a denominada periferia

O entendimento do controle social como ferramenta discriminatória, capaz de segregar em *locus violento, desumano*, orienta a que pessoas negras sejam reiteradamente excluídas da sociedade. Disso decorre que, sem perspectiva de um tratamento com o mínimo de civilidade, um contingente de pessoas negras tem sua garantia de direito vilipendiada, até mesmo o direito de viver e de não ser alvo preferencial/potencial das balas “perdidas”. Isso é mensurado pela necropolítica e ausência de soberania, na percepção de que “[...] homens e mulheres são considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação” (MBEMBE, 2016, p. 124), mas não quando se trata de observar o povo preto pelo viés racista da sociedade – o mesmo que é constantemente imposto às pessoas que moram em Portão.

A atual cidade Governador Mangabeira, em 1881, destacou-se na rota comercial através da agricultura fumageira, bem como pela presença de tropeiros, uma espécie de viajantes/comerciantes que faziam circular mercadorias entre as cidades de regiões distintas, assim como para o porto da cidade de Cachoeira (SILVA, 2012). Nesse período, o distrito de Paz de Cabeças, primeiro nome da cidade, posteriormente, Vila de Cabeças, pertencia ao município de Cachoeira; já em 1889, fazia parte do município de São Félix; em 1919, Muritiba galgou a condição de cidade e Cabeças integrou-se a esse município. Já em 14 de março de 1962, Cabeças é emancipado e passa a se chamar Governador Otávio Mangabeira, homenagem ao ex-governador da Bahia. No que concerne à origem do nome Cabeças, no entender de Silva (2012), advém da oralidade de munícipes e referem-se a atos violentos praticados contra meliantes, os quais tinham suas cabeças enfiadas nas



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

estacas encontradas nas estradas do lugarejo. Contudo, o historiador ressalta o não desvendamento para dar veracidade a esses fatos contados, que se inserem no campo dos relatos orais.

Vem daí, talvez, considerando que Portão é o bairro mais antigo da cidade, a violência atribuída a essa localidade. Entretanto, é certo que, se esse imaginário pode contribuir para os relatos de violência, há outro que estrutura firmemente a compreensão de Portão como um bairro perigoso – a concepção racista. Sendo um espaço majoritariamente negro e pobre, a hierarquia social e racial atribui a esse espaço a concepção de local que emana perigo, reduto de criminalidade, o que foi identificado, neste estudo, também com o auxílio dos procedimentos metodológicos interativos de quem pesquisa e é pesquisado, por meio da Metodologia Afrodescendente interpretativista (CUNHA JÚNIOR, 2008). Por trabalhar na cidade de Governador Mangabeira, há 11 anos frequento o bairro do Portão, onde se situa meu local de trabalho. Morei duas vezes nesse bairro e sempre me alertaram do perigo que é circular e até mesmo residir nessa localidade. Todavia, na condição de mulher negra que conhece os meandros do racismo, os alertas não me intimidaram. Construí laços de amizade com pessoas do bairro, acesso o comércio local sem constrangimento, também por identificar nesse território o conceito de bairro negro (CUNHA JÚNIOR, 2020). Isso implica em reconhecer o bairro Portão como patrimônio cultural e imaterial e identificar o espaço geográfico como bairro negro, quer por sua população negra, quer seja pela existência de terreiros de candomblé, mas principalmente por ser identificado como violento e periférico, ferramenta do racismo antinegro. Nesse sentido, Cunha Júnior salienta que o:

Racismo antinegro é um problema estrutural da sociedade brasileira em consequência da nossa formação social econômica baseada no modo de produção escravista criminoso. Racismo antinegro produziu um modo capitalista racista da sociedade brasileira que foi espacializado e os bairros negros formam em parte, uma síntese dessa questão socioestrutural. (CUNHA JÚNIOR, 2020, p. 17).

O bairro, nessa perspectiva, pode auxiliar a desenvolver traços de irmandade, reconhecimento identitário, representatividade e compreensão sobre as estruturas racistas que movem a sociedade. É na comunidade que fortalecemos a nossa religiosidade, lugar de concretizar a nossa fé, nossa esperança de melhorias para todos



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

e todas que habitam nesse pedaço de chão. É lugar onde vendemos, compramos, criamos, aperfeiçoamos nossos dons, trabalhamos, estudamos, circulamos; construímos nossas hortas, nosso puxadinho, é lugar que temos desejos e trabalhamos para viver esses desejos. Nossa comunidade é lugar de encontros.

Portão, como um bairro negro, tem uma especificidade geográfica, pois faz divisa com a cidade de Muritiba, antes sede da atual Governador Mangabeira – BA. É por uma estrada de chão que o limite territorial é materializado. Já a entrada do bairro recebeu calçamento e sua praça principal abriga equipamentos públicos que atendem à população, como uma escola e o posto médico da localidade.

**Figura 1** – Entrada de Portão e praça principal do bairro, onde estão localizados a escola e o posto de saúde



Fonte: Autoria própria – registros durante a pesquisa de campo

Do ponto de vista geográfico, a cidade de Governador Mangabeira, no entender de Castro (2012), é caracterizada por laços amigáveis e, acrescento, consanguíneos, que dão musculatura à sociabilidade urbana e rural. No tocante ao bairro Portão, esse autor destaca:

Pode-se afirmar que a noção de bairro aplica-se ao Portão, uma área que até a década de 1980 era predominantemente rural, na atualidade ainda existem atividades agrícolas pontuais. O Portão está ligado à área urbana central por uma rua alongada e calçada com paralelepípedos (CASTRO, 2012, p. 20).

A rua à qual Castro (2012) se refere é a da entrada do bairro (Figura 1), que promove a ligação entre os demais pontos da cidade e o Portão, que já foi conhecido como Portão de Muritiba, na época em que o distrito de Cabeças pertencia a Muritiba. É nesse espaço



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

geográfico que estão localizados dois Terreiros de Candomblé, o primeiro Terreiro **Ile Àsé Ibese Ala Ketu Ogum Megegê, fundado em 1920** por Manuel Cerqueira do Amorim, o Bábálòrisá Pai Nézinho de Muritiba (*in memorian*). Já o segundo, Terreiro Ilê Oió Mecê Alaketu Axé Ogum Onirê, inaugurado 1963, por seu filho de Santo o Bábálòrisá Leopoldo Silvério da Rocha (*in memorian*) (BARROS, 2020). Na atualidade, o Terreiro de pai Nézinho tem como lalorisá Mãe cacho de Omolu, sua filha consanguínea; também o de pai Leopoldo tem como liderança religiosa, o Bábálòrisá Leomar, seu filho consanguíneo. O Terreiro, compreendido como prática da vida social, dos ensinamentos, através da oralidade dos mais velhos e mais velhas candomblecistas, pode assim dizer ser o Terreiro **Ile Àsé Ibese Ala Ketu Ogum Megegê** patrimônio imaterial, pois sua tradição é transmitida por sucessivas gerações iniciado em 1920.

Destacamos que esta pesquisa, que está em andamento, tem como ferramenta metodológica a Metodologia Afrodescendente de Pesquisa. De acordo com a visão de seu autor, refere-se a uma abordagem que:

[...] faz parte de derivados sobre alterações com a prática de pesquisas que podemos denominar interpretativista. [...]. As metodologias interpretativistas se caracterizam pela não separação dos Sujeitos pesquisador e pesquisado. [...]. Um ambiente da pesquisa e os participantes da pesquisa como interagem os pesquisadores, fazendo estes, de certa maneira parte do que está sendo investigado. (CUNHA JÚNIOR, 2008, p.3).

Com efeito, os estudos sobre Portão dialogam com sujeitos e sujeitas, protagonistas de suas histórias de vida e do bairro, ensinam mais que absorvem conhecimento da pesquisadora de tímida vivência no bairro, logo em processo de aprendizagem durante seus percursos urbanos. Estes, por sua vez, são indissociáveis dos procedimentos metodológicos de observação participante, haja vista a interação com pessoas da comunidade, participação da vida cotidiana, trabalhando e residindo no bairro, consumindo produtos e serviços do comércio local, bem como estreitando vínculo com comerciantes da localidade. Há também os registros fotográficos de lugares relevantes da comunidade, visitas a espaços institucionais locais; o caminhar pelas ruas, a praça pública como lugar de encontros, sociabilidade e ambiência, espaço em que igualmente acontecem as festas organizadas pela comunidade como estratégia de materializar os percursos urbanos. Desse modo, destacamos que tais percursos:



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

[...] são caminhos traçados de forma sistemática no espaço da cidade ou do campo, com a finalidade de açambarcar as experiências cotidianas dos lugares, suas materialidades e imaterialidades sociais. implicam na relação entre afetividade e significâncias sobre o espaço, na qual há a valorização das práticas cotidianas, no sentido social e cultural itinerários especializados dentro da cidade, considerando variados tipos de abordagem que se deseja trabalhar. (CUNHA JÚNIOR; SILVA, 2019, p. 2).

A metodologia proposta com os percursos urbanos possibilitou que registrássemos, no caminhar de nossa pesquisa, a praça central do bairro, na qual estão disponibilizados dois equipamentos públicos: Posto de saúde e Escola fundamental I. Esse espaço geográfico do bairro, há, aproximadamente, 30 anos, pertencia a uma família da cidade de Cruz das Almas. Contudo, o desejo do Sr. Machado, morador da comunidade, em ver construída uma praça em frente à sua casa, fez com que entrasse em acordo com o prefeito de Governador Mangabeira. Em razão de o prefeito ter uma desavença com o proprietário do terreno, Sr. Machado propôs que fosse realizada a compra desse terreno como bem particular, e foi dessa forma que a compra se deu: o prefeito repassou o valor para seu Machado e a compra foi oficializada. Nesse lugar, também foi construída a igreja católica em homenagem a Santo Antônio.

Tais informações foram obtidas a partir da conversa, na referida praça, à noite, com seu Pedro, filho de seu Machado. Nas palavras do herdeiro de seu Machado,

Isso aqui foi do prefeito de Cruz das Almas, meu pai comprou esse terreno aqui. O sonho de meu pai era ter uma praça aqui. Não existia casa, só mato. No dia que meu pai veio para ver quantas tarefas de terra tinha, acho que a emoção, quando veio, caiu e morreu. Isso tudo era dele, a parte da praça, da igreja, do posto[...] o sonho e não conseguiu ver [...]. (Morador Local, relato oral em 2022).<sup>2</sup>

Se, para a construção da praça, houve todo esse esforço de seu Machado, equipamentos públicos mais recentes têm sido construídos a partir de outra ótica, a exemplo do ginásio de esportes do Portão e da escola infantil do bairro. Nesse caso, os equipamentos foram construídos e disponibilizados a partir da pressão social, da demanda por melhorias públicas para a vida dessa comunidade, constantemente vítima de racismo.

---

<sup>2</sup> As falas foram colhidas junto à população local durante o ano de 2022, a fim de compor um arquivo que trate sobre a história e a sociabilidade Das pessoas que moram no bairro Portão e aceitaram conversar com a pesquisadora.



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

**Figuras 2 e 3** – Ginásio de esportes do Portão e da escola infantil do bairro



Fonte: Autoria própria – registros durante a pesquisa de campo.

**Figuras 4 e 5** – Terreiro Ile Àsé Ibese Ala Ketu Ogum Megegê, fundado em 1920



Fonte: Fotos cedidas pela Yakekerê do Terreiro.

**Figuras 6 e 7** – *Campus* do Instituto Federal Baiano e Subestação da CHESF



Fonte: Autoria própria – registros durante a pesquisa de campo.

A construção e a disponibilização desses equipamentos públicos, historicamente negados à população de Portão, são também uma conquista que advém do sentimento de pertença e do reconhecimento de uma identidade negra que envolve esse território. O deslocamento da associação racista entre negritude, pobreza e violência para a ressignificação de uma herança cultural ancestral africana enquanto pertencimento e orgulho possibilita uma atuação populacional crítica que reivindica direitos e acessos.



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

O bairro é o nosso território onde acontece a ambiência e gestos solidários; a tradição como herança das mais velhas e mais velhos, respeitada por quem cuida e preserva a história do bairro. É comum, geralmente, as mulheres varrem a porta de porta e uma parte da rua, arborizando e embelezando seus jardins também, visto que a maioria das casas tem plantas e flores na entrada das casas, o que auxilia a construir para a população um outro imaginário sobre o seu próprio bairro. Ainda se escuta, nas ruas de Portão, a mais velha chamar a atenção das crianças para não ficarem expostas ao sol do meio-dia, pois podem ficar com dores na cabeça.

A Metodologia Afrodescendente de Pesquisa e os percursos urbanos possibilitaram compreender esse bairro como um espaço resistente de sociabilidade, que, não por acaso, tem como padroeiro santo Antônio, visto que certa historiografia litúrgica o identifica como um santo negro. A existência de igrejas evangélicas e católica, bem como dois terreiros de candomblé, compõem a diversidade religiosa. A fé católica é praticada no bairro do Portão, através das missas, novenários e reza nas casas. A ambiência comunitária se manifesta nessas práticas, assim como nos laços de solidariedade mútua entre mulheres, principalmente, no apoio quando alguém adocece ou a mulher chega da maternidade com seu bebê. Também nessa gestualidade solidária se vê o bairro do Portão em sua herança ancestral. As ruas, becos, estradas de chão ou caçadas, marcadas pelas pisadas de nossos e nossas mais velhos e mais velhas.

A geografia do bairro é marcada por duas ruas compridas sendo uma calçada e a outra estrada de barro, que poderiam se chamar avenidas, tão longa é a extensão. Chama a atenção que na rua calçada são encontrados equipamentos públicos, casas com faixadas mais sofisticadas, algumas revestidas com cerâmica. Uma das entradas dessa rua dá acesso ao terreiro de pai Leomar<sup>3</sup>, sucessor de pai Leopoldo, e à creche cujo nome homenageia Pai Leopoldo. Ele é uma figura ícone para o bairro, pois além do aspecto religioso, exerceu mandatos como vereador na cidade e gozava de respeito e prestígio na cidade. Em sua homenagem, a creche do bairro tem o seu nome.

---

<sup>3</sup> A ausência de fotografia do Terreiro Ilê Oió Mecê Alaketu Axé Ogum Onirê, deve-se ao desencontro do horário da pesquisa de campo com o do Babalorisà para autorização das imagens do espaço.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

**Figuras 8 e 9 – Creche Leopoldo Silvério da Rocha**



Fonte: Autoria própria – registros durante a pesquisa de campo.

Na rua estrada de barro batido tem um trecho com calçamento, em frente ao ginásio de esporte. Contudo, é visível a presença de casas com arquitetura menos sofisticadas, a maioria ainda no bloco, sem pinturas; um conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida, assim como o IF Baiano e a CHESF, que ficam localizados nesse endereço conhecido como Estrada velha da CHESF, atualmente, é Rua Waldemar Mascarenhas. Num dos becos dessa estrada de barro, fica localizado o terreiro de Mãe Cacho, sucessora de pai Nézinho. Embora o bairro Portão seja classificado como periferia, se compreendermos a categoria como lugar secundarizado por quem governa a cidade, Portão contraria essa forma de pensar, pois ali foram construídos uma creche, duas escolas infantis, um ginásio de esporte e um posto de saúde (Estratégia de Saúde da Família). Além disso, duas instituições federais foram instaladas no Portão: A companhia hidro elétrica do São Francisco – CHESF e, desde 2011, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia baiano – IF Baiano.

Essa visão também é percebida no relato de sr. Carneiro, morador há mais de 60 anos nesse lugar, testemunha das transformações desse espaço:

Só tinha um caminho, não tinha estrada, as casas eram muito poucas, outra coisa, não tinha energia, água, tinha fonte, cisterna. Portão era do triângulo das bermudas até as palmeiras. Não tinha a igreja de santo Antônio, tem 30 anos, eu trabalhei nela de pedreiro. Tinha um toco de jaqueira muito grande, na base de 10 homens para arrancar o tronco da jaqueira. É o melhor bairro de Mangabeira [...] e também não saio daqui moça para morar em canto nenhum. (Morador local, relato oral em 2022).



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

O sentimento de pertencer ao lugar e ser parte de sua história fez com que o morador explicitasse as falas acima. Sendo o bairro mais antigo da cidade e ainda hoje visto de forma preconceituosa por muitos grupos, a população local enfrentou anos de descaso e de ausência de políticas públicas, o que se traduz em, até hoje, parte do bairro não ter calçamento ou, ainda, que não tenha sido asfaltado, quando há áreas mais novas já asfaltadas e com maior número de equipamentos públicos para atender a grupos sociais menores.

## ARREMATAS FINAIS

Muitas das informações que se sabem a respeito do bairro, é fonte oral, registros, patrimônio imaterial da comunidade. As impressões aqui elaboradas textualmente advêm do aprendizado no contato comunitário, por meio dos percursos urbanos e da Metodologia Afrodescendente de Pesquisa. Foi possível percebermos, tendo Portão como objeto de estudo, que a realidade social é continuamente ressignificada por quem vive naquele espaço geográfico. No passado, Portão era uma enorme fazenda, tinha apenas um dono, pertencia à família Fonseca, e era caminho para os tropeiros, conforme relatado por Dona Isa, professora e moradora do bairro. Com o passar dos anos, tornou-se o principal bairro da cidade de Governador Mangabeira, além de o mais antigo, e pertence a centenas de famílias. Todavia, guarda características sociofamiliares de sociabilidade por acolher, cuidar e servir às pessoas nativas e quem chega para morar no bairro, tal como os braços da jaqueira se assemelham aos de uma mãe acolhedora. Já o estigma, a discriminação e o preconceito para com habitantes do bairro são fomentados por discursos violentos, arraigados no racismo estruturado na base eurocêntrica que desclassifica a população negra e obsta seu reconhecimento como sujeitos e sujeitas com potenciais para ocupar espaços de poder e capacidade de recriar suas vidas. Aliado a isso, é possível identificar também o racismo religioso, visto que Portão é *lócus* cuja presença dos Terreiros de candomblé pode ser determinante para olhares discriminatórios pelo viés da cultura africana que resiste naquele espaço geográfico, já que o candomblé, no passado recente, foi perseguido, desrespeitado e desprezado pela polícia (LÜHNING, 1996), bem como por parte da sociedade. Todavia,



### SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

é justamente a partir desses discursos e ações racistas que se insurge a abordagem antirracista, resistente ao preconceito e à violência que atinge à população negra. Dessa resistência, emerge o trânsito que leva Portão a um espaço de reconhecimento e afirmação da sua ancestralidade africana, como herança cultural que direciona, cada vez mais, a um enegrecimento afirmativo da identidade dos moradores do bairro Portão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

BARBOSA, Lia Pinheiro; OLIVEIRA, Franciane da Silva Santos. Epistemologias marginalizadas: a questão racial no debate sociológico latino-americano. **Afro-Ásia**, n. 62, p. 338-390, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77068103009>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BARROS, Maiane Conceição Nery. “As águas do Ketu”: abrindo os caminhos para Leopoldo Silvério da Rocha. **Revista Eletrônica Discente História.com**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 176-191. 2020.

CASTRO. Jânio Roque Barros de. Governador Mangabeira no contexto do Recôncavo Baiano: Dinâmica Urbana, Desafios e Possibilidades. **Textura**, [S. l.], v. 1, n. 1, Ed. Especial, p.15-27, 2012.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil: Disciplina da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 16-27, 2020. ISSN: 2237-0579.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Metodologia afrodescendente de pesquisa. **Revista Ethnos**, São Paulo, ano 6, n. 1, p. 69-80, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. O golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra. In: GONZÁLEZ, Lelia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 11-17.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Z Cultural: Revista do Programa Avançado em cultura contemporânea**. [S. l.], Ano VIII, n. 2. 2015. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 10 set. 2022.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Coletânea Texto para discussão nº 807).

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LÜHNING, A. "Acabe com esse santo, Pedrito vem aí." – Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. **Revista USP**, v. 28, p. 194-220, 1996. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p194-220>.

MACEDO da SILVA, Meryelle; SILVA, Rafael Ferreira da; CUNHA JUNIOR, Henrique. Percursos urbanos como método de reconhecimento do patrimônio cultural negro. **Revista Cocar**, v. 16, n. 34, p.1-18, 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. **Arte & Ensaios**. [S. l.], n. 32, p. 122-135, dez./2016.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed.: São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. *In*: SCWARCZ, Lilia; QUEIROZ, Renato da Silva (Org). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 213-229.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**: São Paulo: Global; 2006. (Coleção Para Entender)

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. Organização e edição pela UCPA. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

SILVA, Carlos Borges da. A vila e o coronel: memória e poder local na Vila de Cabeças-Bahia (1920-1962). **Textura**, [S. l.], v. 1, n. 1, Ed. Especial, p. 29-54, 2012.